

ADOÇÃO

Lançamento de cartilha voltada a profissionais aposta em informação para reduzir o abandono de crianças

# CNJ orienta sobre entrega voluntária de bebês

MADSON SOUZA

A entrega voluntária de uma criança para adoção está presente explicitamente na Lei Nacional da Adoção, de 2009, mas ainda é tratada como tabu. Diante deste cenário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lança hoje nova cartilha com protocolos de boas práticas na temática para tribunais e órgãos parceiros que atuem no atendimento a gestantes. A ideia é reduzir o número de abandonos e garantir a entrega voluntária. O mecanismo é visto como mais seguro para crianças, que muitas vezes são só deixadas, e para mães que podem realizar o procedimento de forma legal e sigilosa.

O juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Salvador, Walter Ribeiro Costa, entende a iniciativa como uma tentativa de uniformizar no país uma resposta segura para essas gestantes. “O CNJ vem através deste instrumento uniformizar os procedimentos e ressaltar que o mais importante deve ser uma escuta sem responsabilização, uma escuta sem qualquer julgamento, seja ele legal ou moral. O mais importante é justamente permitir que aquele ser possa entender tudo que vai acontecer e não saia com o pesar de que está sendo responsabilizada”, afirma.

A cartilha trata dos direitos da gestante, das garantias de sigilo, do atendimento humanizado, de como funciona nesse processo judicial, sobre a diferença entre entrega voluntária e abandono, a forma de acolhimento e os requisitos para adoção legal. Enquanto para a mulher o tema é cercado de tabu, na perspectiva da analista judiciária e psicóloga da Coordenadoria de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Alessan-

dra Meira, o mesmo não acontece com homens.

“Quando a mulher decide fazer isso ela acaba sendo muito julgada pela sociedade, porém isso é visto de forma mais branda quando é feito por um pai que não registra seu filho”, pontua. O abandono, a negligência, a entrega para outras pessoas sem o processo legal são uma realidade ainda, que envolve diversos fatores como gravidez fruto de violência, indesejada e outros. A conselheira tutelar Mianga Gavião indica que muitas mulheres não possuem qualquer rede de apoio, nem dos genitores da criança, e se veem num cenário de falta de informação.

Ela explica que a entrega voluntária para adoção é também um ato de amor. “A entrega voluntária reduz drasticamente a violência sofrida por crianças. É a possibilidade de fazer o procedimento legal sem riscos para a mulher, com sigilo e acima de tudo, com segurança para as crianças. Não é um ato de ausência de amor, mas uma atitude que reconhece todas as responsabilidades que chegam junto com uma criança e que a melhor atitude será sempre a que preserve a infância”, comenta.

O assistente social, especializado no serviço sócio jurídico, David Silva, aponta que é preciso uma divulgação maior por parte do Judiciário e do Sistema Único de Saúde dessa alternativa.

O diretor presidente da Organização de Auxílio Fraterno (OAF), Jozias Sousa reforça que as pessoas não abandonem as crianças. “A gestante, a pessoa que esteja grávida, mas não queira o filho, busque os órgãos oficiais, conselhos tutelares, até a maternidade, ou nos procure. Nós temos serviço que vai acolher ouvir e orientar, mas não abandone aquela criança, que é um ser totalmente



Ação vai beneficiar bebês e mulheres sem rede de apoio nem informação legal

Objetivo da ação é reduzir número de abandonos de crianças, prática ilegal

vulnerável, indefesa”, diz.

### Preparação

A genitora pode demonstrar interesse na entrega voluntária para adoção antes do próprio parto ou durante o ato, em qualquer unidade hospitalar, que deve estar preparada para esse acolhimento - sem julgamentos. A pessoa se-

rá ouvida por uma assistente social, uma psicóloga, que produz um relatório para a Vara da Infância. Esse procedimento pode ser feito também nas próprias Varas da Infância e Juventude. A ideia, segundo Juiz Walter, é que a pessoa expresse sua vontade de forma livre e sem qualquer julgamento.

## MOBILIDADE

# Novo viaduto promete desafogar trânsito em região problemática

ANE CATARINE

A capital baiana ganhou, na manhã de ontem, um novo equipamento de mobilidade urbana. O prefeito Bruno Reis (União Brasil) entregou o viaduto José Linhares, na região do Iguatemi, que promete desafogar o trânsito em uma das áreas mais movimentadas da cidade.

Com investimento de cerca de R\$ 63 milhões, a obra liga a Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM), em

frente ao Shopping da Bahia, ao Acesso Norte.

O viaduto integra o projeto da nova Avenida Tancredo Neves, que reúne uma série de intervenções viárias para melhorar a fluidez do tráfego na região.

No conjunto de obras já realizadas, a prefeitura de Salvador entregou a duplicação da ponte sobre o Rio Camarajipe, o pontilhão da Rua Marcos Freire, o Complexo Viário Tatti Moreno e o Viaduto Duda

Mendonça, em frente à unidade do Corpo de Bombeiros, além da implantação do sistema BRT.

### Homenageado

A nova estrutura, entregue ontem, recebeu o nome do empresário José Linhares, do setor de mídia exterior, que morreu em 2023, aos 79 anos.

Fundador da A. Linhares Outdoor, ele presidiu a Central de Outdoor-Bahia entre 1978 e 2008.

Valter Pontes (Secom PMS) / Divulgação



Prefeito Bruno Reis inaugurou Viaduto na região do Shopping da Bahia ontem

Durante a gestão, José Linhares promoveu a autorregulamentação do setor, tornando a entidade referência nacional. Pioneiro da mídia exterior no Norte-Nordeste, ele foi responsável por introduzir na Bahia o modelo de outdoor no formato 9m x 3m em estrutura metálica. A cerimônia de inauguração contou com a presença de familiares, entre eles a esposa, Vera Linhares, e o cantor Ricardo Chaves, genro do empresário.

## PLANEJAMENTO

# SEC faz imersão estratégica para reforçar Gestão da Aprendizagem

DA REDAÇÃO

A Secretaria da Educação do Estado (SEC) iniciou, ontem, no Hotel Fiesta, em Salvador, a Imersão Planejamento da Gestão da Aprendizagem 2026, com a presença dos 27 diretores dos Núcleos Territoriais de Educação (NTEs), além de gestores, articuladores e equipes técnicas. O encontro marca o balanço do ciclo 2023-2025 e define as diretrizes que vão orientar as ações pedagógicas e de

gestão, ao longo do próximo ano letivo.

Ao destacar a importância de começar o ano com esse alinhamento coletivo, a secretária da Educação do Estado, Rowenna Brito, reforçou o papel estratégico dos territórios e o clima de mobilização da rede. “A gente começa 2026 com a energia lá em cima, reunindo quem dirige a nossa rede nos territórios. Este encontro é para olhar o que fizemos em 2025, um ano de muito trabalho e

entrega, e para entender que precisamos avançar ainda mais em 2026. Em muitos municípios, a escola é o único equipamento do Estado, e vocês representam a política educacional em cada território. Temos dado resultados concretos e histórias reais de transformação pela educação. E é isso que vamos apresentar e defender, ao longo do ano”.

A programação de ontem e hoje concentra debates pedagógicos e de gestão, com

Douglas Amaral / Divulgação



Secretária Rowenna Brito destaca importância do alinhamento coletivo

leitura de dados das avaliações diagnósticas e formativas, uso de evidências educacionais e construção dos planos dos NTEs. Para a superintendente de Políticas para Educação Básica da SEC, Helaine Pereira, “este é um espaço estratégico para analisar 2025 e planejar 2026, fortalecendo as ações que já apresentaram resultados e definindo novas estratégias com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes”.